

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembléia Legislativa

03 DEZ 2013

Protocolo: 057/13

Processo: 057/13

MENSAGEM N. 325



Total nº 126/13

Em: 02 DEZ 2013/

Presidente

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Recebido, Autue-se e
Inclua em pauta.

03 DEZ 2013

Secretário

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Com amparo no artigo 42, § 1º, da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências, que vetei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa augusta Assembleia Legislativa, que "Institui o Programa Aprendendo com o Cinema Nacional nos ensinamentos fundamental e médio da rede escolar do Estado", encaminhado a este Executivo com a Mensagem n. 425/2013-ALE, de 11 de novembro de 2013.

Senhores Deputados, do Projeto de Lei em tela assim se traduz:

Art. 1º. Fica instituído o Programa Aprendendo com o Cinema Nacional, nos ensinamentos fundamental e médio da rede escolar do Estado.

Parágrafo único. A participação no Programa é compulsório para todas as escolas da rede pública estadual que oferecem ensino fundamental ou médio.

Art. 2º. São objetivos do Programa, entre outros:

I – promover o enriquecimento cultural dos alunos por meio da apreciação, da análise e da discussão de obras cinematográficas da produção nacional;

II – ampliar a compreensão dos diversos matizes sociais, econômicos, culturais, históricos, artísticos e religiosos que compõem o país; e

III – incentivar os alunos a conhecer mais sobre o cinema, especialmente aquele produzido no país.

Art. 3º. Os filmes exibidos no contexto deste Programa devem apresentar, necessariamente:

I – adequação entre a classificação etária definida para a obra cinematográfica em questão e a idade dos alunos telespectadores; e

II – patente interesse de natureza artística ou educacional.

Parágrafo único. É vedada a exibição de filmes estritamente comerciais no contexto deste Programa.

Art. 4º. Os filmes do Programa Aprendendo com o Cinema Nacional devem ser transmitidos em condições que permitam sua apreciação por parte de todos os alunos e professores presentes à exibição, preferencialmente em espaço amplos e com baixa luminosidade.

Art. 5º. No âmbito do Programa Aprendendo como Cinema Nacional, as escolas devem proporcionar a exibição de ao menos um filme diferente por mês para cada uma de suas classes a partir da oitava série do ensino fundamental.

Art. 6º. Os filmes exibidos no contexto deste Programa devem ser posteriormente analisados e discutidos em sala de aula pelos professores das áreas de conhecimento implicadas pela obra cinematográfica em questão, sem prejuízo da participação dos demais professores que eventualmente queiram colaborar com a discussão.

Art. 7º. Os professores de cada escola são responsáveis por escolher as obras que mais se coadunam com o conteúdo programático que estiver sendo discutido em sala de aula, pelas diferentes séries e disciplinas.

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO

02 DEZ 2013

Naiana
Servidor(nome legível)





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Art. 8º. Os professores que quiserem exibir um filme aos seus alunos devem solicitar ao corpo diretivo da unidade de ensino que providencie a obtenção do mesmo.

§ 1º. Os filmes do Programa Aprendendo com o Cinema Nacional podem ser exibidos em qualquer um dos seguintes formatos listados abaixo, respeitando-se sempre a conveniência e a disponibilidade para sua obtenção, sem prejuízo de outros formatos que eventualmente possam surgir no mercado:

1. películas;
2. fitas VHS (vídeo home system);
3. DVD (digital video discs);
4. discos Blu-Ray; e
5. arquivos digitais.

§ 2º. Todos os formatos compreendidos no § 1º devem ser de origem comprovadamente legal.

§ 3º. A Secretaria de Estado da Educação poderá firmar acordos, convênios ou parcerias com acervos públicos e privados de filmes, além de produtoras e distribuidoras, com o intuito de facilitar às escolas a obtenção dos mesmos.

Art. 9º. As escolas podem convidar diretores, críticos, atores, acadêmicos ou outros profissionais para conversar com a comunidade escolar a respeito dos filmes exibidos no Programa.

Art. 10. As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

À luz da Constituição Estadual, observa-se que a propositura legislativa traz uma ingerência do Poder Legislativo no que atine à autonomia do Poder Executivo em questão interna da Administração Pública do Poder Executivo.

Salientem-se, ainda, que para o Poder Público Estadual colocar em prática a proposta do Poder Legislativo, envolvem custos na área técnica, que dependem de planejamento e programação orçamentária e financeira.

Além do que, diz respeito à organização, funcionamento, estrutura e atribuições próprias das Secretarias de Estado, matéria essa de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme estabelece a Constituição Estadual, em seus artigos 39 e 65 *in verbis*:

Art. 39 - *omissis*.

§ 1º- São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

II - disponham sobre:

.....
d) criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos do Poder Executivo.
.....

Art. 65 - Compete privativamente ao Governador do Estado:

.....
VII - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração do Estado, na forma da lei.

Depreende-se do teor da proposta de Lei, conforme a natureza da matéria tratada, que a iniciativa para a sua propositura pertence ao Poder Executivo, *data venia*, não à Colenda Casa Legislativa, haja vista que traz obrigações que afetam a organização e o funcionamento da Administração Estadual, inclusive gerando despesas financeiras.

Infere-se, portanto, que a norma atacada fere flagrantemente o princípio da Separação dos Poderes estampado no artigo 2º, da Constituição Federal, na medida em que compete exclusivamente ao Poder Executivo iniciar o processo legislativo das matérias pertinentes à organização administrativa, serviços públicos e pessoa da Administração.

Como bem podem anuir Vossas Excelências, o Projeto de Lei em comento invade competência que é privativa do Governador, razão pela qual impõe-me o veto total.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.


CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador